Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.
E' o nosso parecer.
Sala das Comissões, em 21-6-61
(a) Realindo Corrêa — Relator
Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61
(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.004, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 1370, de 1957
O Projeto de lei n. 1.370, de 1957, aprovado em 2.ª discussão sem emendas, deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica criado um subcentro de saúde no distrito de Roseira, município de Aparecida.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação da unidade sanitária ora criada consignará dotações adequadas a ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.
E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 21-6-61

(a) Realindo Corrêa — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.005, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 95, de 1959

O Projeto de lei n. 95, de 1959, aprovado em 2.ª discussão, sem emendas, deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica transformada em Instituto de Educação a Escola Normal que funciona junto ao Colégio Estadual de Batavia sob o título de “Colégio Estadual e Escola Normal Silvío de Almeida”.

Artigo 2.º — O estabelecimento de ensino ora criado passa a denominar-se “Instituto de Educação Silvío de Almeida”.

Artigo 3.º — Passarão para o Instituto de que trata o artigo 1.º as instalações, móveis e pessoal relativos à Escola Normal transformada.

Artigo 4.º — O Colégio Estadual remanescente da transformação operada por esta lei poderá funcionar em anexo ao Instituto de Educação, desde que não contrarie as normas pedagógicas próprias do ensino normal e o permitam as condições materiais do edifício que servirá de sede ao referido estabelecimento.

Artigo 5.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do Instituto de Educação de que trata esta lei consignará as dotações necessárias ao custeio das respectivas despesas.

Artigo 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21-6-1961.

(a) Realindo Corrêa — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.006, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 169, de 1959

O ilustre deputado Geraldo de Barros apresentou a consideração da Casa o presente Projeto de lei n. 169, de 1959, com o objetivo de criar um ginásio estadual no município de Santa Maria da Serra

Aprovado em 2.ª discussão o projeto aqui veio ter para sua redação final a qual fica assim sugerida:

“Artigo 1.º — Fica criado um ginásio estadual no município de Santa Maria da Serra.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do ginásio ora criado consignará dotações necessárias a atender às respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21-6-1961.

(a) Realindo Corrêa — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.007, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 197, de 1959

Aprovado em 2.ª discussão, sem emendas, deve o Projeto de lei n. 197, de 1959, ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica criado um posto de assistência médico-sanitária no município de Altair.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação da unidade sanitária ora criada consignará recursos necessários para ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21-6-1961.

(a) Realindo Corrêa — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Avalone Júnior — Realindo Corrêa — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.008, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 351, de 1959

Aprovado em 2.ª discussão, com emenda (fls. 19), deve ter a seguinte redação final o Projeto da lei n. 351, de 1959:

“Artigo 1.º — Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas, científicas, ou outras a elas equiparadas, e que, pela desacumulação ordenada pela Carta de 10 de novembro de 1937, e Decreto-lei federal n. 24, de 1 de dezembro do mesmo ano, perderam cargo estadual efetivo, são não considerados em disponibilidade não remunerada, a partir do dia da respectiva exoneração até 18 de setembro de 1946, computado esse período de tempo como de exercício unicamente para efeito da aposentadoria.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 22-6-1961

(a) Avalone Júnior — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Avalone Júnior — Dante Perri — Antonio Sampaio.

PARECER N. 1.009, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 897, de 1959

O presente Projeto de lei n. 897, de 1959, de iniciativa do Governo do Estado (Mensagem n. 108-59, de fls. 12), aprovado em 2.ª discussão com emenda (fl. 25 “in principio”), deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no corrente exercício, um auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à Associação Paulista de Municípios, destinado à realização do VII Congresso Estadual de Municípios e à participação de delegação ao V Congresso Nacional de Municípios, em Recife.

Artigo 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da verba n. 314-8.98.4 do orçamento.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21-6-1961

(a) Avalone Júnior — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Avalone Júnior — Realindo Corrêa — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.010, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 1.287, de 1959

O Projeto de lei n. 1.287, de 1959, aprovado em 2.ª discussão, sem emendas, deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica criado um ginásio estadual em Serrana.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.
E' o nosso parecer.
Sala das Comissões, em 21-6-1961
(a) Avalone Júnior — Relator
Aprovado o parecer em reunião de 22-6-61
(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Avalone Júnior — Realindo Corrêa — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1.011, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 146, de 1960

O Projeto de lei n. 146, de 1960, aprovado em 2.ª discussão, na forma do Substitutivo de fls. 6 a 8, deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica criado, em cada uma das estradas de ferro de propriedade e administração do Estado, de acordo com o Decreto-lei federal n. 4.984, de 21 de novembro de 1942, um Serviço de Ensino e Seleção Profissional, ao qual competirá a formação profissional de seus aprendizes e o ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização de seu pessoal, que, além de outros, incluirá o Curso de Aperfeiçoamento de Escritório (CAE).

Parágrafo único — Esses serviços de Ensino e Seleção Profissional ficam subordinados às respectivas estradas de ferro, que os manterão por conta de seus orçamentos.

Artigo 2.º — No que diz respeito à organização e diretrizes pedagógicas dos cursos ferroviários a serem mantidos pelos Serviços de Ensino e Seleção Profissional, serão observadas as disposições básicas da Lei Orgânica do Ensino Industrial e dos decretos-leis federais que regem a aprendizagem industrial.

Parágrafo único — Esses Serviços de Ensino e Seleção Profissional serão regulamentados pela forma estabelecida no Decreto-lei federal mencionado no artigo 1.º.

Artigo 3.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Escritório terá a duração de dois (2) anos: 1.º e 2.º anos, destinando-se aos funcionários da Carreira de Escritório.

Parágrafo único — Será o mesmo dirigido por Assistente de Ensino do Quadro do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da respectiva Estrada.

Artigo 4.º — Para serem promovidos aos cargos de escritório, oficial administrativos, assistente administrativo ou assessor administrativo, os funcionários da Carreira de Escritório deverão ter obtido aprovação no 1.º ano do CAE.

Parágrafo único — Somente aos portadores de certificado de conclusão do CAE será permitido o exercício das funções de Chefia na Carreira de Escritório.

Artigo 5.º — Serão dispensados da obrigatoriedade de frequência do CAE os funcionários com função no interior do Estado.

Artigo 6.º — Terão valor, para os efeitos desta lei, os certificados de conclusão expedidos até esta data pelo CAE, em seu funcionamento provisório.

Artigo 7.º — Os Serviços de Ensino e Seleção Profissional referidos no artigo 1.º, articular-se-ão, para fins de unificação da orientação, técnica e pedagógica, com o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana.

Artigo 8.º — A Comissão Orientadora, de que trata o Decreto-lei n. 16.304, de 16 de novembro de 1946, será acrescida dos Chefes de Ensino dos Serviços de Ensino e Seleção Profissional.

Artigo 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1961.

(a) Avalone Júnior — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22 de junho de 1961.

(a) Leônicio Ferraz Júnior, Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho.

PARECER N. 1012 DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 1.176, de 1960

Aprovado em discussão única, sem emenda, deve o projeto de lei n. 1.176, de 1960, ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — E' declarado de utilidade pública a Sociedade Campinense de Recuperação da Criança Paralítica, de Campinas.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1961.

(a) Avalone Júnior — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22 de junho de 1961.

(a) Leônicio Ferraz Júnior, Presidente — Avalone Júnior — Dante Perri — Antonio Sampaio.

PARECER N. 1013, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 9, de 1961

O Projeto de lei n. 9, de 1961, aprovado em discussão única, com emendas, deve ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — Fica retificada para Irmandade de Misericórdia, de Nova Granada, a denominação da entidade beneficiada com o auxílio constante do n. 3 do item XV da Relação n. 44 do artigo 1.º da Lei n. 3.735 de 17 de janeiro de 1957.

Artigo 2.º — Fica retificado para Instituto de Ensino Tabajara Sociedade Civil Ltda., de São Paulo o nome da entidade beneficiada com o auxílio constante do n. 29 do item V da Relação n. 46 do artigo 1.º da Lei n. 4.890, de 22 de outubro de 1958.

Artigo 3.º — Ficam retificados para Vila Vicentina Frederico Ozanam, de Martinópolis, Santa Casa de Misericórdia, de Fernandópolis, Santa Casa de Misericórdia, de Votuporanga, e Conferência São Cristóvão, de Ourinhos, respectivamente, as denominações das entidades beneficiadas com os auxílios constantes do item VI da Relação n. 45, do n. 2 do item VI e do item XXV da Relação n. 85 e do n. 4 do item XXV da Relação n. 91, todas do artigo 1.º da Lei n. 5.467, de 31 de dezembro de 1959.

Artigo 4.º — Fica retificado para Portuguesa do Quilômetro 18 Futebol Clube, de São Paulo, o nome da entidade beneficiada com o auxílio constante do n. 26 do item II da Relação n. 53 do artigo 1.º da Lei n. 6.027 de 31 de dezembro de 1960.

Artigo 5.º — Ficam canceladas as ns. 1 e 3 do item IV, e n. 2 do item V e os ns. 7, 8, 9, 13, 14, 15 e 19 do item VIII da Relação n. 7 do artigo 1.º da Lei n. 3.735, de 17 de janeiro de 1957 e os itens I e II, os ns. 1 e 2 do item III, os itens V, VI, VII e VIII, os ns. 3, 4 e 5 do item IX e o item X da Relação n. 87 do artigo 1.º da Lei n. 5.467, de 31 de dezembro de 1959.

Artigo 6.º — São concedidos os seguintes auxílios:

I — de Mirandópolis:

Gráfica Paulista Ltda., proprietária do Jornal “A Cidade” Cr\$ 50.000,00

II — de São Paulo:

1 — Centro de Recreação “Marcello Dias” 205.000,00

2 — Cruzeiro Paulista Futebol Clube, de Vila Guamerindo 40.000,00

3 — Escola Técnica de Comércio “Frederico Ozanam” 400.000,00

4 — Escola Técnica de Comércio “Santos Dumont” 399.000,00

5 — Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó 40.000,00

Artigo 7.º — A despesa com a execução do disposto no artigo anterior será coberta com os recursos provenientes das medidas de que trata o artigo 5.º

Artigo 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1961.

(a) Avalone Júnior — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22 de junho de 1961.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Avalone Júnior — Dante Perri — Antonio Sampaio

PARECER N. 1.014, DE 1961

Da Comissão de Redação, sobre o Projeto de lei n. 46, de 1961

Aprovado em discussão única, sem emendas, deve o Projeto de lei n. 46, de 1961, ter a seguinte redação final:

“Artigo 1.º — E' declarado de utilidade pública o Centro Acadêmico XXV de Janeiro, com sede nesta Capital.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1961.

(a) Realindo Corrêa — Relator

Aprovado o parecer em reunião de 22 de junho de 1961.

(a) Leônicio Ferraz Júnior — Presidente — Realindo Corrêa — Avalone Júnior — Rocha Mendes Filho